

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Tecnologia Bancária S.A.

2024



31 de dezembro de 2024 e 2023
Com Relatório do Auditor Independente

Índice

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	64

Relatório da Administração Grupo TecBan

Apresentação

O Grupo TecBan oferece soluções de gestão do autoatendimento, gestão de numerário, segurança, conectividade e economia digital para o varejo, instituições financeiras e a sociedade em geral.

Somos líderes mundiais em redes independentes de ATM, atuando há mais de 40 anos com soluções tecnológicas e inovadoras que integram o mundo físico e o digital, impulsionando o ecossistema econômico do Brasil e contribuindo para torná-lo cada vez mais eficiente e conectado.

Investimos na última década mais de R\$ 4,2 bilhões em produtos e soluções avançadas que promovem a inclusão financeira de todas as classes sociais e perfis de público, em todas as regiões do Brasil.

Desempenho financeiro

Uma só marca, uma só TecBan! Estamos dando mais um passo na jornada de transformação que iniciamos em 2024 sob a liderança de Patricio Santelices como CEO. Neste período focamos na construção de um novo ciclo estratégico, eficiência e transformação cultural para o Grupo TecBan.

Esta nova fase traz como pilares a maximização do core business e a diversificação de negócios alinhados à geração de valor para os acionistas e clientes do sistema financeiro e do varejo.

Para maximizar o potencial do core, estamos focados em assumir a gestão integrada das redes de autoatendimento. Como suporte à essa ambição, estruturamos um modelo operacional com nível de eficiência elevado. Na diversificação, vamos explorar novas oportunidades de serviços de autoatendimento reforçando nossa conexão com as instituições financeiras.

Estamos focados na transformação cultural do Grupo TecBan, essencial para conduzir e trilhar nosso futuro. Como aceleradores culturais definimos a agilidade e colaboração contínua, protagonismo que viabiliza, confiança e adaptação e, por fim, uma conexão potente com o mercado.

Em resumo, no ano de 2024 estabelecemos os alicerces necessários para garantir que nosso plano estratégico seja bem-sucedido ao mesmo tempo que mantivemos os níveis de rentabilidade e posicionamento alinhados ao momento de transformação.

A seguir, comentamos sobre o desempenho financeiro do Grupo TecBan.

O fluxo de caixa livre (FCL) é um importante direcionador de gestão, demonstra a nossa capacidade de geração de valor no ano corrente, além de sustentar nossas projeções. Destacamos um aumento de 19,2% no FCL em 2024 em que alcançamos R\$ 280,6 milhões se comparado com 2023 que foi de R\$ 235,3 milhões. Encerramos o ano com disponibilidade de liquidez imediata em R\$ 335,2 milhões, posição bem confortável para cumprimento das obrigações de curto prazo. Para a construção do novo ciclo estratégico, nos deparamos com a necessidade de uma reestruturação visando eficiência operacional e financeira, a execução deste plano ocorreu substancialmente neste exercício, justificando a redução ou estabilidade em alguns indicadores. Vemos como positiva a capacidade de absorção dos impactos da transformação em nosso resultado em 2024, sobretudo, pelo cumprimento do nosso compromisso com o modelo de negócio do Grupo TecBan, gerar eficiência ao sistema financeiro.

O EBITDA apresentou uma discreta redução na margem em 1,4 p.p. com redução em valor absoluto de R\$ 55,8 milhões, encerramos 2024 com EBITDA R\$ 513,2 milhões, sem impacto na alavancagem, 1,9x devido a redução da dívida líquida.

Informações consolidadas	2024	2023
Receita líquida (R\$ Bi)	2,8	2,9
EBITDA (R\$ Mi)	513,2	569,0
% margem EBITDA	18,4%	19,8%
Resultado líquido (R\$ Mi)	0,7	37,8
% margem líquida	0,0%	1,3%
ROE	0,1%	3,9%
Dívida líquida/IBITDA (x)	1,9	1,8
FCO/Dívida bruta (%)	47,8	49,5
FCL/Dívida bruta (%)	21,0%	17,2%

Mensagem aos colaboradores, acionistas e mercado

Agradecemos aos times do grupo TecBan pelo comprometimento e responsabilidade com o nosso propósito e esforços em simplificar o presente e tornar o futuro acessível para todos.

Agradecemos também a confiança de nossos clientes, ao apoio de nossos fornecedores e ao direcionamento de nosso Conselho de Administração.

Mais que perto, presente.

Uma boa leitura a todos.

Tecnologia Bancária S.A.
Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo											
Circulante		667.533	736.000	849.080	906.351	Circulante		688.985	715.555	774.316	783.519
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	4	258.475	277.594	335.248	342.079	Fornecedores	11	132.108	143.496	158.788	159.354
Contas a receber de clientes	5	265.123	303.290	297.848	345.008	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	347.824	349.202	347.824	349.277
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.a	61.138	61.600	80.769	85.776	Obrigações sociais e trabalhistas	13	82.211	89.871	160.357	163.140
Tributos a recuperar	6.b	5.776	7.026	25.846	27.990	Passivo de arrendamento	14.b	4.279	8.174	25.318	25.164
Estoques	7	47.522	38.187	54.152	43.947	Impostos e contribuições a recolher		15.348	13.267	23.625	20.334
Despesas antecipadas		9.612	10.138	24.161	23.789	Provisões		18.327	26.050	25.694	26.890
Outros ativos partes relacionadas	22.b	808	12.212	-	-	Fornecedores partes relacionadas	22.b	75.635	65.896	-	-
Outros ativos		19.079	25.953	31.056	37.762	Dividendos propostos		166	8.975	166	8.975
						Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	15	13.087	10.624	32.544	30.385
Não circulante		2.032.363	2.018.673	2.334.618	2.325.374	Não circulante		1.048.642	1.062.858	1.447.113	1.471.946
Realizável a longo prazo		80.782	45.842	228.885	171.221	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	813.839	853.435	813.839	853.435
Despesas antecipadas		1.075	994	10.509	2.338	Obrigações sociais e trabalhistas	13	15.145	14.089	15.338	15.639
Depósitos judiciais	17	37.083	31.652	48.896	38.452	Passivo de arrendamento	14.b	28.289	33.855	147.002	143.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	10.916	-	87.822	69.046	Provisão de desmantelamento	14.c	1.112	991	17.224	20.942
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.a	-	8.178	-	8.178	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	4.017	-	-
Tributos a recuperar	6.b	31.545	4.856	81.416	52.967	Provisão para perdas com demandas judiciais	17	17.219	8.592	47.083	38.920
Outros ativos		163	162	242	240	Outras contas a pagar e adiantamento de clientes	15	173.038	147.879	406.627	399.182
Investimentos	8	465.186	459.990	-	-	Total do passivo		1.737.627	1.778.413	2.221.429	2.255.465
Imobilizado	9	1.165.399	1.165.940	1.639.967	1.667.291	Patrimônio líquido	18	962.269	976.260	962.269	976.260
Intangível	10	295.244	311.894	314.460	331.860	Capital social		956.419	883.029	956.419	883.029
Ativo de direito de uso	14.a	25.752	35.007	151.306	155.002	Reservas de lucro		29.350	93.231	29.350	93.231
						(-) Ações em tesouraria		(23.500)	-	(23.500)	-
Total do ativo		2.699.896	2.754.673	3.183.698	3.231.725	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.699.896	2.754.673	3.183.698	3.231.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	19	2.588.690	2.680.357	2.783.255	2.875.219
Custo dos serviços prestados	20	(2.006.867)	(1.965.598)	(2.032.032)	(2.011.089)
Lucro bruto		581.823	714.759	751.223	864.130
Despesas operacionais	20	(494.961)	(514.039)	(650.411)	(673.505)
Despesas comerciais		(39.742)	(30.597)	(41.389)	(31.566)
Despesas gerais e administrativas		(450.534)	(489.316)	(576.926)	(615.468)
Outras (despesas) receitas líquidas		(4.685)	5.874	(32.096)	(26.471)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		86.862	200.720	100.812	190.625
Resultado de equivalência patrimonial	8	5.196	(4.319)	-	-
Resultado financeiro líquido	21	(105.256)	(160.240)	(110.565)	(163.392)
Despesas financeiras		(159.973)	(198.071)	(174.771)	(212.900)
Receitas financeiras		54.717	37.831	64.206	49.508
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos		(13.198)	36.161	(9.753)	27.233
Imposto de renda e contribuição social	16	13.898	1.631	10.453	10.559
Corrente		(1.035)	(1.012)	(8.323)	(4.023)
Diferido		14.933	2.643	18.776	14.582
Lucro líquido do exercício		700	37.792	700	37.792
Quantidade de ações		4.282.957	4.282.957	4.282.957	4.282.957
Ações em tesouraria		(104.390)	-	(104.390)	-
Lucro líquido por ação em R\$ - Básico e diluído	18.d	0,0002	0,0088	0,0002	0,0088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tecnologia Bancária S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	700	37.792
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	700	37.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tecnologia Bancária S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Nota	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucro		(-) Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
		Ágio na emissão de ações	Incentivos fiscais	Legal	Para expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	882.504	24	501	21.181	32.425	-	-	936.635
Transferência de dividendos para reserva de expansão	-	-	-	-	10.808	-	-	10.808
Aumento de capital	525	(24)	(501)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	37.792	37.792
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(8.975)	(8.975)
Reserva legal	-	-	-	1.890	-	-	(1.890)	-
Reserva de lucros para expansão	-	-	-	-	26.927	-	(26.927)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	883.029	-	-	23.071	70.160	-	-	976.260
Transferência de dividendos para reserva de expansão	-	-	-	-	8.975	-	-	8.975
Aumento de capital	18.a	73.390	-	(21.182)	(52.208)	-	-	-
Recuperação de ações ordinárias	18.c	-	-	-	-	(23.500)	-	(23.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	700	700
Destinação do lucro:								
Dividendos propostos	18.b	-	-	-	-	-	(166)	(166)
Reserva legal	18.b	-	-	35	-	-	(35)	-
Reserva de lucros para expansão	18.b	-	-	-	499	-	(499)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	956.419	-	-	1.924	27.426	(23.500)	-	962.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tecnologia Bancária S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(13.198)	36.161	(9.753)	27.233
Ajustes por:		505.312	441.672	627.888	540.346
Equivalência patrimonial	8	(5.196)	4.319	-	-
Depreciação e amortização	9, 10 e 14.a	331.887	303.750	413.805	379.488
Baixa de ativos	9, 10 e 14.a	17.316	7.776	17.212	7.547
Juros sobre empréstimos, financiamentos e efeito da variação cambial		130.610	143.474	142.094	149.359
Provisão/(reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	16.651	(2.813)	34.771	17.315
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	5	21.928	542	23.177	1.178
Outras provisões/(reversões)		(7.884)	(15.376)	(3.171)	(14.541)
(Aumento) redução no ativo		23.827	(18.047)	11.365	(50.298)
Contas a receber	5	16.239	12.352	23.983	2.229
Tributos a compensar	6	1.241	(9.082)	7.111	(41.837)
Estoque	7	(8.320)	(1.366)	(9.190)	(3.184)
Despesas antecipadas		445	8.082	(8.543)	7.662
Depósitos judiciais	17	(4.056)	(783)	(8.702)	(1.890)
Outras contas a receber e clientes partes relacionadas	22.b	11.404	(10.793)	-	-
Outros ativos		6.874	(16.457)	6.706	(13.278)
Aumento (redução) no passivo		18.903	58.991	7.976	161.240
Fornecedores	11	(12.370)	(29.481)	(1.589)	(41.429)
Obrigações sociais e trabalhistas	13	(6.604)	(128)	(3.084)	12.954
Impostos a recolher		516	(2.046)	3.045	(2.407)
Adiantamento a clientes	15	27.597	158.221	10.000	263.678
Outras contas a pagar e fornecedores partes relacionadas	22.b	9.739	4.068	-	-
Outros passivos	15	25	(71.643)	(396)	(71.556)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		534.844	518.777	637.476	678.521
Pagamentos de demandas judiciais	17	(8.024)	(8.458)	(26.608)	(13.507)
Imposto de renda e contribuição social pagos	16.a	-	-	(8.700)	(4.681)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(144.664)	(137.361)	(144.666)	(137.369)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		382.156	372.958	457.502	522.964
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(325.599)	(320.503)	(356.891)	(443.201)
Aumento de capital em sociedade controlada	8	-	(16.400)	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(325.599)	(336.903)	(356.891)	(443.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria		(23.500)	-	(23.500)	-
Captação	12	279.201	585.000	279.201	585.000
Pagamento principal - empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(320.024)	(451.298)	(320.099)	(451.411)
Arrendamentos pagos	14.b	(11.353)	(12.988)	(43.044)	(39.388)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(75.676)	120.714	(107.442)	94.201
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		(19.119)	156.769	(6.831)	173.964
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		277.594	120.825	342.079	168.115
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		258.475	277.594	335.248	342.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Tecnologia Bancária S.A. (“TecBan” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, especializada em soluções de gestão de autoatendimento, segurança, economia digital e outros, com sede na Rua Bonnard, 980, em Barueri, Estado de São Paulo, constituída de acordo com as leis brasileiras.

As operações da Companhia são realizadas substancialmente com partes relacionadas, conforme apresentadas na NE 22.

O exercício social da Companhia e suas controladas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, as seguintes empresas são controladas pela TecBan:

- (a) TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. (“TBNet”), empresa especializada em soluções de conectividade;
- (b) TB Forte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (“TB Forte”), empresa especializada em soluções de gestão de numerário; e
- (c) TecBan Serviços Integrados Ltda. (“Serviços Integrados”), empresa especializada em soluções de revitalização, field service, projetos e outros.

Em 31 de dezembro de 2024 apresentamos capital circulante líquido (CCL) negativo na controladora de R\$ 21.452. Entretanto, não podemos avaliar isoladamente o CCL negativo principalmente em função da estrutura de nosso endividamento, que leva em consideração a renovação do vencimento da dívida a partir de novas captações.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho da Administração em 20 de fevereiro de 2025.

2. Base de elaboração e preparação

a) Apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP").

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, que incluem os princípios contábeis em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicadas de maneira consistente com as políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, incluem as demonstrações contábeis das controladas indicadas abaixo, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

As políticas contábeis das controladas foram aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis da Companhia. Assim sendo, são eliminadas as participações, os saldos de contas a pagar e a receber, as receitas e despesas e os lucros não realizados entre as empresas. As controladas diretas e indiretas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, e estão listadas a seguir:

Controladas	Principal atividade	País-sede	% participação	
			2024	2023
TBNet Comércio, Locação e Administração Ltda. (*)	Soluções de conectividade	Brasil	99,99	99,99
TecBan Serviços Integrados Ltda. (*)	Gestão de autoatendimento	Brasil	99,99	99,99
TBForte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (**)	Soluções de gestão de numerário	Brasil	99,99	99,99

(*) Controlada direta.

(**) Controlada indireta.

2. Base de elaboração e preparação--Continuação

b) Base de consolidação--Continuação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na Companhia e em suas controladas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços em conformidade com o CPC 47, no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações e outras deduções.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas ao longo do tempo que o serviço é prestado, sendo reconhecida quando a contraprestação depende da conclusão bem-sucedida das obrigações contratuais de bens e serviços.

Enquanto a receita com vendas é reconhecida a medida em que a Companhia e suas controladas transferem o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

Serviços na gestão de redes de autoatendimento bancário

Administradora do Banco24Horas responsável pela gestão e processamento das transações realizadas por meio dos caixas eletrônicos.

Serviços com transporte de valores, guarda e escoltas

Prestação de serviço de transporte de valores e escolta, soluções completas em logística, processamento de numerário, cofre inteligente e soluções personalizadas.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Reconhecimento da Receita--Continuação

Serviços com exploração de serviços de telecomunicação

Prestação de serviço de telecomunicação, soluções de conectividade de banda larga wireless, infraestrutura de tráfego de dados, gestão automatizada de incidentes de segurança e conexão de internet via hotspot Wi-Fi integradas.

Serviços especializados com administração e gerenciamento de equipamentos, manutenção e instalação de equipamentos, armazenagem, obras e transporte

Prestação de serviço de administração e gerenciamento de equipamentos em geral, manutenção e instalação de peças em equipamentos em geral, upgrades, locação, consultoria e assessoria, treinamentos, administração de obras, armazenagem e transporte.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, serviços a faturar e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas
- Contas a receber de clientes, incluindo serviços a faturar

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Para contas a receber de clientes e serviços a faturar, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivo ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiro--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente, após discussão e respectiva aprovação. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio ponderado, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

d) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 8.

e) Operações de arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos para aquisição de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como ativo imobilizado. Essas transações são registradas como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

Custos subsequentes

São incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável benefícios econômicos futuros associados a esses custos serão auferidos pela Companhia, e que possam ser mensurados com segurança. Todos os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.

g) Intangível

Apresentados ao custo de aquisição líquidos da amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Os ativos intangíveis são classificados com vida útil definida e são amortizados ao longo da vida útil-econômica, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos a projetos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- O software pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis, adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte dos projetos de software, incluem substancialmente gastos com a contratação de prestadores terceiros e mão de obra interna alocados nos projetos de desenvolvimento e implantação de softwares.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Intangível--Continuação

O período e o método de amortização para um ativo intangível de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)--Continuação

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As operações efetuadas junto a clientes e fornecedores não possuem vencimentos relevantes superiores há 30 dias, não havendo necessidade de se efetuar ajuste a valor presente destes. Os valores contabilizados relativos a debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos estão registrados a valor presente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social corrente

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade.

O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% e adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota-base de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda. Vide Nota Explicativa nº 16.

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, também é reconhecido imposto diferido ativo para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Vide Nota Explicativa nº 16.

l) Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a ser distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

n) Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são constituídos sobre os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Provisão de desmantelamento

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Administração assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração dos imóveis alugados é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Administração pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo TecBan, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Notas	Natureza
Nota 05	Perdas estimadas para as operações de recebíveis na contraprestação de bens e serviços.
Notas 09 e 10	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e perdas por redução ao valor recuperável;
Nota 14	Provisão para desmantelamento (restauração de imóveis locados à sua condição original)
Nota 16	Imposto de renda e contribuição social diferidos;
Nota 17	Provisão para perdas em demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis; e
Nota 23	Análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

r) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais ativos como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

t) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor dos Passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

u) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os efeitos no caixa que afetaram a DFC estão apresentados como informação suplementar abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aquisições de ativo imobilizado (Nota 9)	(178.042)	(179.327)	(200.968)	(291.948)
Aquisições de intangíveis (Nota 10)	(147.557)	(141.176)	(155.923)	(151.253)
Caixa pago pela aquisição de ativos	(325.599)	(320.503)	(356.891)	(443.201)

v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

w) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados – salários, férias e encargos

Os pagamentos de benefícios de curto prazo a empregados como salários ou férias e os respectivos encargos são mensalmente reconhecidos no resultado pelo regime de competência. O passivo é reconhecido pelo valor a ser pago considerando a obrigação legal presente ou constituída de pagar em função do serviço já prestado pelo empregado e se a obrigação pode ser estimada com segurança.

Benefícios de curto prazo a empregados – programa de participação nos resultados

O programa de participação nos resultados é definido a partir da contribuição e desempenho individual e/ou corporativo não tendo vínculo com a geração de lucro, utilizamos como gatilho o indicador financeiro EBITDA ou performance operacional da unidade de negócio. Constituímos provisão com base na mensuração periódica do cumprimento dessas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro.

Benefícios de longo prazo a empregados – plano de contribuição definida (previdência privada)

É um benefício opcional em que os empregados podem a partir da adesão planejar sua aposentadoria. A contribuição básica do empregado corresponde a um percentual do salário-base mensal e a contribuição da Companhia corresponde a 100% desta contribuição definida. As obrigações desse benefício são reconhecidas mensalmente como despesa conforme regime de competência.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

x) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

ii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

4. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	64	344	217	511
Aplicações financeiras (a)	249.533	270.457	326.153	334.775
Fundos de investimentos (b)	8.878	6.793	8.878	6.793
Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	258.475	277.594	335.248	342.079

(a) As aplicações financeiras possuem cláusulas de resgate antecipado, independentemente de seus prazos de vencimento em função de suas características de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se a aplicações em CDB, sendo que no exercício a taxa média de remuneração foi de 100,53% do CDI (101,33% em 2023) na Controladora e 99,73% do CDI (100,23% em 2023) no Consolidado.

(b) Refere-se a aplicação em fundo de investimento com objetivo de diversificar a rentabilidade de aplicações após análises de sensibilidades e riscos da Companhia e suas controladas. A valorização ou desvalorização está atrelada à variação do dólar.

5. Contas a receber de clientes

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes a receber	280.932	278.904	306.795	312.730
Serviços a faturar	9.721	27.988	19.004	37.053
Subtotal	290.653	306.892	325.799	349.783
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(25.530)	(3.602)	(27.951)	(4.775)
Subtotal	(25.530)	(3.602)	(27.951)	(4.775)
Total	265.123	303.290	297.848	345.008

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Classificação por vencimento e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia aplicou uma abordagem simplificada para o cálculo do impairment de clientes a receber de acordo com CPC 48, segregando a carteira por cliente, linha de negócio e aplicando um percentual variável baseado na classificação, o risco que apresenta e o tempo de atraso.

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa apresentam as seguintes movimentações:

Classificação	Controladora			
	2024		2023	
	Saldo	Perdas estimadas	Saldo	Perdas estimadas
A vencer	262.423	(4)	283.382	-
Vencidos:				
Vencidos até 45 dias	2.807	(294)	4.958	-
Vencidos acima de 45 dias até 180 dias	902	(787)	13.699	-
Vencidos acima de 180 dias até 360 dias	849	(773)	707	-
Vencidos acima de 360 dias	23.672	(23.672)	4.146	(3.602)
Total de vencidos	28.230	(25.526)	23.510	(3.602)
Total	290.653	(25.530)	306.892	(3.602)

Classificação	Consolidado			
	2024		2023	
	Saldo	Perdas estimadas	Saldo	Perdas estimadas
A vencer	293.264	(4)	322.799	-
Vencidos:				
Vencidos até 45 dias	4.772	(555)	6.095	-
Vencidos acima de 45 dias até 180 dias	1.264	(1.079)	14.488	-
Vencidos acima de 180 dias até 360 dias	1.051	(949)	1.460	(257)
Vencidos acima de 360 dias	25.448	(25.364)	4.941	(4.518)
Total de vencidos	32.535	(27.947)	26.984	(4.775)
Total	325.799	(27.951)	349.783	(4.775)

A movimentação das perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(3.602)	(3.060)	(4.775)	(3.597)
Adições	(22.976)	(1.834)	(24.715)	(2.676)
Reversões	1.048	1.292	1.539	1.498
Saldo no final do exercício	(25.530)	(3.602)	(27.951)	(4.775)

6. Impostos, contribuições e tributos a recuperar

a) Imposto de renda e contribuição social a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo negativo de IRPJ (a)	51.251	51.439	62.859	62.574
Saldo negativo de CSLL (a)	9.887	10.161	17.910	23.202
IRPJ/CSLL a compensar (b)	-	8.178	-	8.178
	61.138	69.778	80.769	93.954
Ativo circulante	61.138	61.600	80.769	85.776
Ativo não circulante	-	8.178	-	8.178

(a) Refere-se ao saldo negativo apurado no final do exercício, a ser utilizado no exercício seguinte, após transmissão da ECF para compensações através de PERD-COMP de tributos federais do período.

(b) Refere-se à repetição de indébito do IR/CS incidente sobre a atualização monetária na devolução de tributos pagos indevidamente, no qual o crédito foi homologado pela RFB em abril de 2024 e compensado.

b) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	1.412	1.094
ICMS (a)	-	-	44.630	45.051
PIS/COFINS (a)	11.660	9.773	32.926	32.636
PIS/COFINS indébito (b)	25.639	-	25.639	-
INSS	-	2.109	-	2.109
Outros tributos	22	-	2.655	67
	37.321	11.882	107.262	80.957
Ativo circulante	5.776	7.026	25.846	27.990
Ativo não circulante	31.545	4.856	81.416	52.967

(a) Refere-se substancialmente a créditos de impostos por aquisição de ATM's.

(b) Refere-se à repetição de indébito da exclusão de ISS da base de cálculo de PIS e COFINS, homologado pela RFB para compensação.

7. Estoques

A valorização dos estoques é pelo custo médio de aquisição deduzidos dos impostos recuperáveis quando aplicável. Os itens adquiridos são substancialmente insumos para operação e manutenção de bens relacionados ao produto Banco24Horas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Peças de consumo	22.179	24.027	24.725	24.713
Peças de reposição	25.343	15.175	25.343	17.764
Outros	-	-	4.084	2.485
(-) Provisão para perdas	-	(1.015)	-	(1.015)
Total	47.522	38.187	54.152	43.947

8. Investimentos

	TBNet	Serviços Integrados	Total Controladas Diretas	TBForte
	2024	2024	2024	2024
	Direta	Direta	Direta	Indireta
Participação	99,99%	99,99%	-	99,99%
Ativos circulantes	37.764	45.914	83.678	183.802
Ativos não circulantes	666.953	35.225	702.178	465.840
Total de ativos	704.717	81.139	785.856	649.642
Passivos circulantes	23.850	44.177	68.027	103.240
Passivos não circulantes	233.588	19.055	252.643	146.528
Total de passivos	257.438	63.232	320.670	249.768
Patrimônio líquido	447.279	17.907	465.186	399.874
Lucro líquido	2.466	2.730	5.196	2.730

A movimentação dos investimentos está assim representada:

	2023	Equivalência Patrimonial	2024
Participações em controladas			
TBNet	444.813	2.466	447.279
Serviços Integrados	15.177	2.730	17.907
Controladas diretas	459.990	5.196	465.186
TBForte	397.144	2.730	399.874
Controlada indireta	397.144	2.730	399.874

9. Imobilizado

	Controladora								Total
	Equipamentos de ATM e acessórios	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos e motos	Terrenos	Imobilizações em andamento (i)	Provisão para Perda	
Taxa média anual de depreciação	8%	19%	20%	7%	33%	-	-	-	
Custo									
Em 1º de janeiro de 2023	1.985.451	115.613	87.350	145.284	17.510	1.626	95.731	-	2.448.565
Adições	61.183	2.229	13.873	975	500	-	100.567	(38)	179.289
Baixas	(24.378)	(1.496)	(2.726)	(886)	(12.017)	-	-	-	(41.503)
Transferências	131.128	28	-	51	-	-	(131.207)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	2.153.384	116.374	98.497	145.424	5.993	1.626	65.091	(38)	2.586.351
Adições	52.752	819	17.099	2.876	-	-	104.496	-	178.042
Baixas	(39.668)	(410)	(895)	(2.861)	(3.759)	(144)	-	-	(47.737)
Transferências	126.890	-	(1.305)	-	324	-	(125.909)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.293.358	116.783	113.396	145.439	2.558	1.482	43.678	(38)	2.716.656
Depreciação									
Em 1º de janeiro de 2023	(1.036.228)	(103.883)	(63.532)	(87.470)	(15.175)	-	-	-	(1.306.288)
Adições	(126.106)	(3.552)	(10.059)	(9.233)	(1.469)	-	-	-	(150.419)
Baixas	20.692	1.234	2.500	513	11.357	-	-	-	36.296
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(1.141.642)	(106.201)	(71.091)	(96.190)	(5.287)	-	-	-	(1.420.411)
Adições	(139.708)	(3.127)	(11.214)	(8.344)	(381)	-	-	-	(162.774)
Baixas	25.018	375	865	2.024	3.646	-	-	-	31.928
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(1.256.332)	(108.953)	(81.440)	(102.510)	(2.022)	-	-	-	(1.551.257)
Valor líquido em 2023	1.011.742	10.173	27.406	49.234	706	1.626	65.091	(38)	1.165.940
Valor líquido em 2024	1.037.026	7.830	31.956	42.929	536	1.482	43.678	(38)	1.165.399

(i) O saldo do imobilizado em andamento refere-se à aquisição de equipamentos de ATM e seus acessórios para modernização do parque, além de veículos de transporte de valores, seus acessórios e servidores em fase de preparação para posterior utilização na operação.

9. Imobilizado--Continuação

	Equipamentos de ATM e acessórios	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia	Equipamentos e veículos de transporte de valores	Consolidado				Provisão para Perda	Total
					Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos e motos	Terrenos	Imobilizações em andamento (i)		
Taxa média anual de depreciação	8%	19%	20%	9%	5%	33%	-	-	-	
Custo										
Em 1º de janeiro de 2023	2.065.523	158.244	183.132	107.870	370.222	18.988	6.160	148.195	-	3.058.334
Adições	61.183	4.431	31.677	1.069	3.764	500	-	189.324	(38)	291.910
Baixas	(24.378)	(1.501)	(4.699)	(678)	(886)	(12.611)	-	-	-	(44.753)
Transferências	264.079	211	328	1.962	13	-	-	(266.593)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	2.366.407	161.385	210.438	110.223	373.113	6.877	6.160	70.926	(38)	3.305.491
Adições	52.763	2.064	23.331	915	2.930	-	-	118.965	-	200.968
Baixas	(39.668)	(657)	(2.344)	(582)	(2.861)	(4.086)	(144)	-	-	(50.342)
Transferências	129.120	(7)	3.615	1.380	1.105	324	-	(135.537)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.508.622	162.785	235.040	111.936	374.287	3.115	6.016	54.354	(38)	3.456.117
Depreciação										
Em 1º de janeiro de 2023	(1.038.551)	(128.836)	(114.838)	(38.500)	(142.629)	(16.453)	-	-	-	(1.479.807)
Adições	(136.714)	(8.839)	(25.162)	(8.562)	(16.468)	(1.529)	-	-	-	(197.274)
Baixas	20.692	1.237	3.949	673	513	11.817	-	-	-	38.881
Transferências	392	14	(28)	(378)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(1.154.181)	(136.424)	(136.079)	(46.767)	(158.584)	(6.165)	-	-	-	(1.638.200)
Adições	(153.937)	(7.573)	(26.404)	(8.032)	(15.971)	(385)	-	-	-	(212.302)
Baixas	25.018	544	2.231	565	2.024	3.970	-	-	-	34.352
Transferências	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(1.283.100)	(143.452)	(160.253)	(54.234)	(172.531)	(2.580)	-	-	-	(1.816.150)
Valor líquido em 2023	1.212.226	24.961	74.359	63.456	214.529	712	6.160	70.926	(38)	1.667.291
Valor líquido em 2024	1.225.522	19.333	74.787	57.702	201.756	535	6.016	54.354	(38)	1.639.967

(i) O saldo do imobilizado em andamento refere-se substancialmente à aquisição de equipamentos de ATM e seus acessórios para modernização do parque e para locação, além de veículos de transporte de valores, seus acessórios e servidores em fase de preparação para posterior utilização na operação.

10. Intangível

	Controladora							Total
	Direito de uso	Licença Cessão de Uso	Software desenvolvido	Software em desenvolvimento (i)	Marcas e patentes	Intangível em Andamento	Provisão para perda Intangível (ii)	
Taxa média anual de amortização	19%	79%	20%	-	-	-	-	
Custo								
Em 1º de janeiro de 2023	248.133	91.712	443.512	93.399	4	-	(1.701)	875.059
Adições	4.623	77.690	392	58.471	-	-	(16)	141.160
Baixas	(77.726)	(50.853)	-	(3.112)	-	-	-	(131.691)
Transferências	-	-	65.215	(65.215)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	175.030	118.549	509.119	83.543	4	-	(1.717)	884.528
Adições	436	92.100	41	34.486	-	20.494	(854)	146.703
Baixas	(224)	(93.935)	(263)	(1.842)	-	-	-	(96.264)
Transferências	15.623	1.179	68.753	(68.753)	-	(16.802)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	190.865	117.893	577.650	47.434	4	3.692	(2.571)	934.967
Amortização								
Em 1º de janeiro de 2023	(202.924)	(50.363)	(303.784)	-	-	-	-	(557.071)
Adições	(19.715)	(67.146)	(57.204)	-	-	-	-	(144.065)
Baixas	77.651	50.851	-	-	-	-	-	128.502
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(144.988)	(66.658)	(360.988)	-	-	-	-	(572.634)
Adições	(14.690)	(84.639)	(62.165)	-	-	-	-	(161.494)
Baixas	207	93.935	263	-	-	-	-	94.405
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(159.471)	(57.362)	(422.890)	-	-	-	-	(639.723)
Valor líquido em 2023	30.042	51.891	148.131	83.543	4	-	(1.717)	311.894
Valor líquido em 2024	31.394	60.531	154.760	47.434	4	3.692	(2.571)	295.244

(i) O principal saldo é da TecBan e está representado, substancialmente, por projetos de softwares desenvolvidos internamente em uso ou em fase de desenvolvimento para o aprimoramento de soluções de gestão de autoatendimento, segurança, economia digital e outros.

(ii) Refere-se a constituição de provisão para perda no intangível devido à suspensão de alguns projetos de desenvolvimento de software.

10. Intangível--Continuação

	Consolidado							Total
	Direito de uso	Licença Cessão de Uso	Software desenvolvido	Software em desenvolvimento (i)	Marcas e patentes	Intangível em Andamento	Provisão para perda Intangível (ii)	
Taxa média anual de amortização	19%	79%	20%	-	-	-	-	
Custo								
Em 1º de janeiro de 2023	258.206	101.013	445.760	103.534	4	-	(1.701)	906.816
Adições	4.710	83.704	392	62.447	-	-	(16)	151.237
Baixas	(77.726)	(59.283)	-	(3.112)	-	-	-	(140.121)
Transferências	-	-	72.719	(72.719)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	185.190	125.434	518.871	90.150	4	-	(1.717)	917.932
Adições	456	98.565	41	36.367	-	20.494	(854)	155.069
Baixas	(224)	(99.498)	(263)	(1.887)	-	-	-	(101.872)
Transferências	15.623	1.179	74.708	(74.708)	-	(16.802)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	201.045	125.680	593.357	49.922	4	3.692	(2.571)	971.129
Amortização								
Em 1º de janeiro de 2023	(210.942)	(55.751)	(304.177)	-	-	-	-	(570.870)
Adições	(20.742)	(73.082)	(58.310)	-	-	-	-	(152.134)
Baixas	77.651	59.281	-	-	-	-	-	136.932
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(154.033)	(69.552)	(362.487)	-	-	-	-	(586.072)
Adições	(15.351)	(90.574)	(64.605)	-	-	-	-	(170.530)
Baixas	207	99.463	263	-	-	-	-	99.933
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	(169.177)	(60.663)	(426.829)	-	-	-	-	(656.669)
Valor líquido em 2023	31.157	55.882	156.384	90.150	4	-	(1.717)	331.860
Valor líquido em 2024	31.868	65.017	166.528	49.922	4	3.692	(2.571)	314.460

(i) O principal saldo é da TecBan e está representado, substancialmente, por projetos de softwares desenvolvidos internamente em uso ou em fase de desenvolvimento para o aprimoramento de soluções de gestão de autoatendimento, segurança, economia digital e outros.

(ii) Refere-se a constituição de provisão para perda no intangível devido à suspensão de alguns projetos de desenvolvimento de software.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de compras e serviços	122.333	132.841	148.823	148.533
Outros fornecedores	9.775	10.655	9.965	10.821
Total	132.108	143.496	158.788	159.354

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	-	-	-	75
Debêntures (Nota 12.2)	1.161.663	1.202.637	1.161.663	1.202.637
Total	1.161.663	1.202.637	1.161.663	1.202.712
Circulante	347.824	349.202	347.824	349.277
Não circulante	813.839	853.435	813.839	853.435

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2026	199.397
2027	334.628
2028	-
2029	279.814
Total	813.839

12.1 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa média	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Finame	6,00% a.a.	ago/24	-	-	-	75
Total de empréstimos e financiamentos			-	-	-	75

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures-- Continuação

12.2 Debêntures

Modalidade	Encargos anuais (%)	Vencimento	Controladora e Consolidado						
			2024		2023		2024		2023
			Circulante		Não circulante		Total		
4ª emissão	CDI + 1,85%	abr/24	-	328.928	-	-	-	-	328.928
5ª emissão	CDI + 1,40%	dez/25	322.424	2.072	-	320.000	322.424		322.072
6ª emissão	CDI + 1,58%	set/26	6.147	6.568	200.000	200.000	206.147		206.568
7ª emissão	CDI + 2,25%	set/27	12.553	12.737	335.000	335.000	347.553		347.737
8ª emissão	CDI + 1,50%	abr/29	7.753	-	280.000	-	287.753		-
Custos de emissão	-	-	(1.053)	(1.103)	(1.161)	(1.565)	(2.214)		(2.668)
Total de debêntures		Total	347.824	349.202	813.839	853.435	1.161.663		1.202.637

Movimentação

	2023	Controladora					2024
		Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Amortização de custos	Juros	
Debêntures (Nota 12.2)	1.205.304	280.000	(320.024)	(144.664)	-	143.261	1.163.877
Custos de emissão (Nota 12.2)	(2.667)	(799)	-	-	1.252	-	(2.214)
Total	1.202.637	279.201	(320.024)	(144.664)	1.252	143.261	1.161.663

	2023	Consolidado					2024
		Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Amortização de custos	Juros	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	75	-	(75)	(2)	-	2	-
Debêntures (Nota 12.2)	1.205.304	280.000	(320.024)	(144.664)	-	143.261	1.163.877
Custos de emissão (Nota 12.2)	(2.667)	(799)	-	-	1.252	-	(2.214)
Total	1.202.712	279.201	(320.099)	(144.666)	1.252	143.263	1.161.663

Cláusulas restritivas (covenants)

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas que podem antecipar tempestivamente o vencimento das obrigações. A seguir especificamos as principais condições e cláusulas restritivas vinculada à emissão de debêntures.

- O grupo de acionistas da Emissora devem manter, de forma individual, no mínimo, 1/3 (um terço) da participação que detém, exceto se eventual diminuição de participação decorrer de uma reorganização societária realizada entre os grupos aqui mencionados; e
- O índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 3,5 vezes. A Dívida Financeira Líquida é composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e impostos parcelados subtraída por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Estas e as demais condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente pela Companhia.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para férias	30.285	31.805	76.463	74.550
Provisão para PPR (a)	28.425	31.967	41.152	42.883
Encargos sociais e trabalhistas	12.131	14.247	27.777	29.441
Bônus diferido	9.107	8.168	10.807	10.442
Outras obrigações trabalhistas	2.263	3.684	4.158	5.824
Circulante	82.211	89.871	160.357	163.140
Bônus diferido	15.145	14.089	15.338	15.639
Não circulante	15.145	14.089	15.338	15.639
Total	97.356	103.960	175.695	178.779

(a) Refere-se ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) concedido aos funcionários devidamente registrado no sindicato da categoria e baseado nos preceitos da Lei nº 10.101/00, os valores do ciclo de 2023 foram liquidados em fevereiro de 2024.

14. Passivo de arrendamento

Passivos de arrendamento por direito de uso de imóveis e veículos

O Grupo TecBan possui contratos de passivos de arrendamento de locação de imóveis e veículos. Os prazos de arrendamento de locações de imóveis geralmente variam entre 2 e 21 anos, sendo prazo findo entre 2025 e 2046, enquanto os veículos têm prazo de arrendamento entre 3 e 5 anos, sendo prazo findo entre 2025 e 2029. As obrigações do grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de passivos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão.

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos:

a) Ativo de direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total	Veículos	Imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	8.160	26.847	35.007	24.233	130.769	155.002
Adição	3.857	2.391	6.248	30.951	6.106	37.057
Remensuração	(114)	765	651	943	9.760	10.703
Baixa	(7.009)	(1.526)	(8.535)	(17.045)	(3.438)	(20.483)
Amortização	(3.729)	(3.890)	(7.619)	(11.862)	(19.111)	(30.973)
Em 31 de dezembro de 2024	1.165	24.587	25.752	27.220	124.086	151.306
Custo	1.186	44.647	45.833	45.526	212.133	257.659
Amortização Acumulada	(21)	(20.060)	(20.081)	(18.306)	(88.047)	(106.353)
Total	1.165	24.587	25.752	27.220	124.086	151.306

b) Passivos de arrendamento por direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total	Veículos	Imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	(8.757)	(33.272)	(42.029)	(25.270)	(143.722)	(168.992)
Adição	(3.857)	(2.391)	(6.248)	(30.951)	(6.106)	(37.057)
Remensuração	114	(770)	(656)	(943)	(13.534)	(14.477)
Baixa	7.098	1.789	8.887	17.440	3.760	21.200
Pagamento de principal	4.904	6.449	11.353	14.635	28.409	43.044
Apropriação de juros	(672)	(3.203)	(3.875)	(2.322)	(13.716)	(16.038)
Em 31 de dezembro de 2024	(1.170)	(31.398)	(32.568)	(27.411)	(144.909)	(172.320)
Circulante	(340)	(3.939)	(4.279)	(9.320)	(15.998)	(25.318)
Não Circulante	(830)	(27.459)	(28.289)	(18.091)	(128.911)	(147.002)
Total	(1.170)	(31.398)	(32.568)	(27.411)	(144.909)	(172.320)

14. Passivo de arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamento por direito de uso de imóveis e veículos-Continuação

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo do arrendamento, em 31 de dezembro de 2024 são conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total	Veículos	Imóveis	Total
Vencimento						
1 ano	(340)	(3.939)	(4.279)	(9.320)	(15.998)	(25.318)
2 anos	(390)	(4.565)	(4.955)	(8.946)	(26.185)	(35.131)
3 anos	(440)	(3.865)	(4.305)	(7.985)	(14.666)	(22.651)
4 anos	-	(3.687)	(3.687)	(1.018)	(11.906)	(12.924)
Acima de 5 anos	-	(15.342)	(15.342)	(142)	(76.154)	(76.296)
Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	(1.170)	(31.398)	(32.568)	(27.411)	(144.909)	(172.320)

c) Provisão de desmantelamento

	Controladora		Consolidado	
	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2023	(991)	(991)	(20.942)	(20.942)
Remensuração	5	5	3.774	3.774
Baixa	-	-	1.814	1.814
Apropriação de juros	(126)	(126)	(1.870)	(1.870)
Até 31 de dezembro de 2024	(1.112)	(1.112)	(17.224)	(17.224)

A Companhia apurou as suas taxas de desconto baseada nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os spreads foram definidos com base nas últimas emissões de títulos de dívida da Companhia em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi na Controladora de 9,88% a 15,35%, e no Consolidado de 1,04% a 15,39%.

Durante o ano de 2024 as despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$13.086 (R\$13.146 em 2023) e referem-se a: aluguéis de veículos avulsos, máquinas contadoras de cédulas, equipamentos de videoconferência, cofres para bases, dentre outros. Devido à baixa relevância, não está sendo apresentado o compromisso futuro dos pagamentos mínimos.

15. Outras contas a pagar e adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento de clientes (a)	186.097	158.500	438.954	428.954
Outras contas a pagar	28	3	217	613
Total	186.125	158.503	439.171	429.567
Circulante	13.087	10.624	32.544	30.385
Não circulante	173.038	147.879	406.627	399.182

(a) Os saldos referem-se substancialmente ao contrato de prestação de serviço de locação de ATM's, iniciado em março/2022, com estimativa de realização em 180 meses.

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

16.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação do lucro real e a conciliação com o resultado estão apresentados abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.198)	36.161	(9.753)	27.233
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	4.487	(12.295)	3.316	(9.259)
(Adições)/exclusões permanentes líquidas	(4.967)	4.355	(5.927)	6.130
Equivalência patrimonial	1.767	(1.469)	-	-
Inovação tecnológica e outros benefícios fiscais	7.883	9.470	7.890	9.700
Constituição de diferido s/prejuízo fiscal e base negativa	-	1.277	-	3.566
Outros ajustes tributários e direitos fiscais não constituídos	4.728	293	5.174	422
IRPJ e CSLL apurados	13.898	1.631	10.453	10.559
Corrente	(1.035)	(1.012)	(8.323)	(4.023)
Diferido	14.933	2.643	18.776	14.582
IRPJ e CSLL no resultado	13.898	1.631	10.453	10.559
Alíquota efetiva	105%	-5%	107%	-39%

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

16.2 Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Suas origens estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Efeito do IR/CS Ativo sobre:				
Provisão para participação nos resultados (PPR)	9.664	10.869	13.992	13.869
Provisão para demandas judiciais	5.855	2.921	16.008	13.233
Provisão conta gráfica	-	6.605	-	6.605
Outras Provisões	15.799	4.419	19.272	5.335
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	815	1.277	50.163	52.010
Efeitos do arrendamento de direito de uso	2.696	2.724	13.001	11.876
Total do ativo diferido fiscal	34.829	28.815	112.436	102.928
Efeito do IR/CS Passivo sobre:				
Efeitos do passivo de arrendamento	(23.913)	(32.832)	(24.614)	(33.882)
Total do passivo diferido fiscal	(23.913)	(32.832)	(24.614)	(33.882)
Total líquido	10.916	(4.017)	87.822	69.046

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

16.2 Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O Grupo TecBan reconhece seus créditos fiscais diferidos ativos com base nas projeções anuais estratégicas fundamentadas pelo nosso plano de negócios e nas previsões de realização dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como na projeção do lucro tributável para os exercícios subsequentes. A estimativa de recuperação do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social é assim demonstrada:

Ano realizado	Controladora	Consolidado
2025	815	7.933
2026	-	3.865
2027	-	4.079
2028	-	4.335
2029 em diante	-	29.951
Total	815	50.163

O Grupo TecBan possui prejuízos fiscais no valor de R\$ 146.854 e base negativa no valor de R\$ 149.439 (R\$ 152.288 e R\$ 154.872 em 2023 respectivamente) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros das Companhias em que foram gerados sem prazo de prescrição.

17. Provisão para perdas em demandas judiciais

O Grupo TecBan possui processos para demandas judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis. O registro dessas provisões é realizado mediante análise individual, tendo como suporte a opinião dos seus assessores jurídicos independentes. A constituição de provisão para perdas em demandas judiciais apresentada no passivo não circulante representa os processos com probabilidade de perda consideradas provável, amparadas na opinião dos nossos assessores jurídicos independentes, pelos valores máximos estimados de desembolso. Para alguns processos existem depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, para outros possui garantias através da contratação de carta-fiança e/ou seguro fiança.

a) Composição dos saldos de Depósitos Judiciais

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias	25.237	24.351	25.460	24.560
Trabalhistas	11.827	7.165	23.417	13.756
Cíveis	19	136	19	136
Total	37.083	31.652	48.896	38.452

O principal saldo dos depósitos judiciais refere-se às demandas tributárias do polo ativo e está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais para demandas tributárias			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS (i)	19.423	18.749	19.423	18.749
SAT (ii)	5.216	5.043	5.216	5.043
Outros	598	559	821	768
Total	25.237	24.351	25.460	24.560

(i) PIS - mandado de segurança preventivo com pedido de liminar discutindo a inconstitucionalidade das Leis nos 9.715/98, 9.718/98 e 10.637/2002.

(ii) SAT - ação ordinária visando à anulação de débito fiscal, bem como declaração do débito da autora ao recolhimento da contribuição SAT com alíquota de 1%.

b) Composição e movimentação da provisão para perdas em demandas judiciais

	Provisão para perdas em demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	15.007	6.879	44.859	37.182
Cíveis	2.212	1.713	2.224	1.738
Total	17.219	8.592	47.083	38.920

17. Provisão para perdas em demandas judiciais-- Continuação

b) Composição e movimentação da provisão para perdas em demandas judiciais--Continuação

Movimentação

	Controladora		
	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.879	1.713	8.592
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	14.431	2.220	16.651
Pagamentos	(6.303)	(1.721)	(8.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.007	2.212	17.219

	Consolidado		
	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.182	1.738	38.920
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	32.377	2.394	34.771
Pagamentos	(24.700)	(1.908)	(26.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.859	2.224	47.083

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

O Grupo TecBan possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	10.795	5.743	57.970	53.411
Tributárias	373.220	359.571	468.158	361.036
Cíveis	7.462	7.321	8.153	7.913
Total	391.477	372.635	534.281	422.360

Dos processos avaliados com risco de perda possível, os mais relevantes são de natureza tributária na TecBan, sendo: (i) R\$ 253.760 em 31 de Dezembro de 2024 (R\$245.476 em 31 de dezembro de 2023) referente ao processo administrativo lavrado pela Secretaria da Receita Federal relativo às movimentações financeiras decorrentes das transações de cartões internacionais; e (ii) processos administrativos decorrentes de pedidos de restituição das contribuições devidas para outras entidades e fundos, na Controladora no valor de R\$ 40.219 (R\$11.188 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado no valor de R\$ 130.915 (R\$90.179 em 31 de dezembro de 2023), proveniente de pagamento a maior, pedidos aos quais foram atrelados a declarações de compensação, as quais tiveram despachos decisórios desfavoráveis, momento em que o Grupo TecBan passou a figurar no polo passivo com classificação de perda possível, sensibilizando a divulgação das contingências.

18. Patrimônio líquido

a) Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital da Companhia, no montante de R\$73.390, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial dos saldos das reservas.

Em decorrência desse aumento de capital realizado no exercício de 2024, o capital social da Companhia passou de R\$883.029 para R\$956.419 e distribuídos da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Total de ações	%
Itaú	1.087.113.075	28,95%	114.098.301	21,61%	1.201.211.376	28,05%
Bradesco	913.339.341	24,32%	138.224.020	26,18%	1.051.563.361	24,55%
Santander	743.944.251	19,81%	68.770.709	13,03%	812.714.960	18,98%
Caixa Econômica Federal	436.134.248	11,61%	120.974.875	22,92%	557.109.123	13,01%
Banco do Brasil	470.158.950	12,53%	85.809.416	16,26%	555.968.366	12,97%
Ações em tesouraria	104.390.211	2,78%	-	-	104.390.211	2,44%
Total	3.755.080.076	100,00%	527.877.321	100,00%	4.282.957.397	100,00%

b) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros para expansão

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, com aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações a ser aprovado em Assembleia Geral.

	2024
Lucro líquido do exercício	700
(-) Reserva legal	(35)
	665
Dividendos 25%	166

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucro--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram não realizar a distribuição de dividendos do exercício de 2023, a título de dividendo obrigatório no montante de R\$8.975, tendo sido o montante destinado a reserva para expansão e, no mesmo ato para aumento de capital.

Exceto pela constituição de reserva legal, as demais destinações do lucro líquido apurado estão sujeitas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

c) Ações em tesouraria

Em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de novembro de 2024 foi aprovada a recompra das ações em tesouraria detidas pelo acionista Santa Luzia Empreendimentos Imobiliários S/A com denominação anterior Banorte S/A, no montante de R\$23.500, equivalentes a 2,44% do capital social total representados por 104.390.211 ações ordinárias sem valor nominal para futura destinação. Essas ações não têm direito a dividendos, nem direito a voto, por isto são destacadas como redução no patrimônio líquido conforme estabelece o art. 30 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação - básico/diluído

Lucro líquido atribuível aos acionistas

Quantidade de ações - milhares

(-) Ações em tesouraria

Lucro por ação em R\$

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
700	37.792	700	37.792
4.282.957	4.282.957	4.282.957	4.282.957
(104.390)	-	(104.390)	-
0,0002	0,0088	0,0002	0,0088

19. Receita líquida

Receita operacional bruta

(-) Impostos sobre o faturamento

Receita operacional líquida

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
2.910.006	3.013.102	3.232.283	3.320.797
(321.316)	(332.745)	(449.028)	(445.578)
2.588.690	2.680.357	2.783.255	2.875.219

20. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos dos serviços prestados				
Custos com pessoal	(147.988)	(187.716)	(764.258)	(709.357)
Transporte de valores e escolta	(916.709)	(866.425)	(209.363)	(236.108)
Depreciações e amortizações	(304.578)	(274.430)	(371.614)	(335.637)
Aluguéis	(142.886)	(159.050)	(158.119)	(176.338)
Manutenção e conservação de bens	(222.793)	(226.788)	(289.223)	(290.338)
Prestadores de serviços	(238.976)	(214.733)	(196.248)	(214.438)
Canais de dados e telefonia	(32.937)	(36.456)	(38.899)	(43.400)
Outros custos	-	-	(4.308)	(5.473)
	(2.006.867)	(1.965.598)	(2.032.032)	(2.011.089)
Despesas comerciais				
Publicidade e propaganda	(15.981)	(28.265)	(16.019)	(28.354)
Patrocínio, brindes e doações	(887)	(758)	(899)	(853)
Provisão e perdas de créditos	(22.874)	(1.574)	(24.471)	(2.359)
	(39.742)	(30.597)	(41.389)	(31.566)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(262.721)	(257.655)	(320.990)	(317.282)
Depreciações e amortizações	(26.597)	(28.512)	(40.755)	(42.738)
Aluguéis	(15.499)	(13.539)	(16.710)	(13.973)
Manutenção e conservação de bens	(33.262)	(38.967)	(55.910)	(60.148)
Prestadores de serviços	(96.728)	(131.157)	(109.226)	(147.351)
Canais de dados e telefonia	(4.762)	(6.508)	(11.536)	(11.302)
Outras despesas administrativas	(10.965)	(12.978)	(21.799)	(22.674)
	(450.534)	(489.316)	(576.926)	(615.468)
Outras receitas (despesas) líquidas				
Contingências	(188)	(3.864)	(17.013)	(32.297)
Outras receitas (despesas)	(4.497)	9.738	(15.083)	5.826
	(4.685)	5.874)	(32.096)	(26.471)

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(143.261)	(163.263)	(143.262)	(163.270)
Juros sobre passivo de arrendamento	(3.686)	(4.611)	(17.371)	(17.546)
Juros e multas sobre outros passivos	(1.512)	(783)	(1.946)	(1.013)
Taxas, comissões e bonificações	(9.732)	(26.752)	(9.732)	(26.753)
Outras	(1.782)	(2.662)	(2.460)	(4.318)
Subtotal	(159.973)	(198.071)	(174.771)	(212.900)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação financeira	31.001	24.735	37.491	28.637
Atualização monetária	19.514	7.831	22.224	15.262
Outras	4.202	5.265	4.491	5.609
Subtotal	54.717	37.831	64.206	49.508
Resultado financeiro líquido	(105.256)	(160.240)	(110.565)	(163.392)

22. Transações com partes relacionadas

No curso habitual das atividades são mantidas pela TecBan e suas controladas operações com partes relacionadas, diretas e indiretas, tais como contas a receber provenientes de nosso portfólio de serviços, além de contas correntes bancárias, saldo com fornecedores, bem como despesas e receitas financeiras. Todos os contratos firmados com partes relacionadas são observados condições equânimes de mercado em relação a condição de prazos e valores.

Os valores relativos às operações incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 decorrentes dessas transações estão detalhados a seguir:

a) Partes relacionadas com acionistas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante/não circulante				
Contas bancárias	28	94	65	229
Banco do Brasil	-	-	2	-
Banco Bradesco	-	40	3	41
Caixa Econômica Federal	21	2	25	133
Banco Itaú	2	52	9	55
Banco Santander	5	-	26	-
Aplicação financeira	227.615	252.302	231.126	252.753
Banco do Brasil	26.995	2	29.638	11
Banco Bradesco	2	6.858	10	6.898
Banco Santander	200.618	245.442	201.478	245.844
Contas a receber	206.017	230.320	220.927	252.846
Banco do Brasil	29.193	30.109	29.279	30.186
Banco Bradesco	36.973	42.158	48.912	57.031
Caixa Econômica Federal	66.002	87.209	66.416	87.564
Banco Itaú	46.451	43.070	48.591	49.614
Banco Santander	27.398	27.774	27.729	28.451
Depósitos e bloqueios judiciais	24.649	23.908	24.649	23.908
Caixa Econômica Federal	24.639	23.895	24.639	23.895
Banco Santander	10	13	10	13
Total dos saldos em ativo circulante/não circulante	458.309	506.624	476.767	529.736
Passivo circulante/não circulante				
Fornecedores	215	-	350	-
Banco do Brasil	24	-	24	-
Banco Bradesco	122	-	138	-
Banco Itaú	-	-	98	-
Banco Santander	69	-	90	-
Empréstimos e financiamentos	-	20	-	208
Banco do Brasil	-	20	-	208
Seguros	797	-	1.052	173
Banco Santander	797	-	1.052	173
Adiantamento de cliente	186.097	158.500	438.953	428.954
Banco Itaú	186.097	158.500	438.953	428.954
Total dos saldos em passivo circulante/não circulante	187.109	158.520	440.355	429.335

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Partes relacionadas com acionistas--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado				
Receitas de prestação de serviços	2.189.189	2.625.864	2.443.502	2.882.032
Banco do Brasil	331.230	406.438	336.985	409.289
Banco Bradesco	463.947	565.960	612.045	703.700
Caixa Econômica Federal	567.859	742.753	576.669	754.316
Banco Itaú	522.311	523.681	592.354	601.635
Banco Santander	303.842	387.032	325.449	413.092
Receitas diversas	37	-	51	-
Banco Bradesco	37	-	44	-
Banco Itaú	-	-	7	-
Despesas financeiras	(391)	(246)	(834)	(272)
Banco Bradesco	(172)	(25)	(616)	(42)
Caixa Econômica Federal	(194)	(216)	(194)	(218)
Banco Itaú	(12)	-	(12)	-
Banco Santander	(13)	(5)	(12)	(12)
Receitas financeiras	26.318	82	27.521	20.929
Banco Bradesco	266	82	266	119
Banco do Brasil	6.839	-	7.506	2.132
Banco Santander	19.213	-	19.749	18.678
Seguros	(797)	(900)	(1.052)	(1.078)
Banco Santander	(797)	(900)	(1.052)	(1.078)
Plano de previdência complementar - modalidade de contribuição definida	(5.787)	(3.433)	(6.627)	(4.037)
Banco Itaú	(2.703)	(1.518)	(2.885)	(1.744)
Banco Santander	(3.084)	(1.915)	(3.742)	(2.293)
Total em contas de resultado	2.208.569	2.621.367	2.462.561	2.897.574
Compensação conta gráfica				
Numerário cedido pelos acionistas para abastecimento	7.384.076	9.498.766	10.143.214	12.113.647
Banco do Brasil	1.053.250	1.338.566	2.608.117	2.973.337
Banco Bradesco	1.713.411	2.567.149	2.045.719	2.975.052
Caixa Econômica Federal	1.734.817	1.870.733	1.955.770	2.080.572
Banco Itaú	1.952.325	2.553.830	2.448.288	2.772.297
Banco Santander	930.273	1.168.488	1.085.320	1.312.389
Total dos saldos em conta de compensação conta gráfica	7.384.076	9.498.766	10.143.214	12.113.647
Compensação estoques de terceiros				
Peças cedidas pelos acionistas para manutenção e abastecimento	13.833	11.896	97.669	96.631
Banco Bradesco	58	-	60.025	82.040
Banco Itaú	13.610	11.761	37.479	14.456
Banco Santander	165	135	165	135
Total dos saldos em conta de compensação estoques	13.833	11.896	97.669	96.631

22. Transações com partes relacionadas--Continuação

b) Transações entre Companhias do Grupo TecBan eliminadas no consolidado

	TecBan		TBForte		TBNet		TBSI	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo	808	12.212	79.699	60.765	2.545	1.635	2.881	11.607
Contas a receber (a)	197	-	79.699	60.765	2.545	1.635	2.881	11.607
Outros ativos (b)	611	12.212	-	-	-	-	-	-
Passivo	(75.635)	(65.896)	(1.435)	(687)	(25)	-	(158)	(11.529)
Fornecedores (a)	(75.635)	(65.896)	(1.007)	(4)	-	-	-	-
Outros passivos (b)	-	-	(428)	(683)	(25)	-	(158)	(11.529)

	TecBan		TBForte		TBNet		TBSI	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado	(885.068)	(754.572)	706.852	630.741	22.123	26.779	156.093	97.052
Receitas (a)	197	-	707.880	630.766	22.123	26.779	156.093	97.052
Custos (a)	(885.265)	(754.572)	(1.028)	(25)	-	-	-	-

(a) Prestação de serviços de soluções de gestão de numerário, soluções de conectividade, soluções de revitalização, field service, projetos e outros, com prazo contratual de quitação em 30 dias.

(b) Refere-se a reembolsos de despesas e outras contas a pagar.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração corresponde a Diretoria Executiva. A remuneração direta do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$22.430 (R\$21.213 em 2023).

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito
- (b) Risco de liquidez
- (c) Risco de mercado

Descreveremos a seguir a respectiva natureza e aplicação:

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente a caixa e equivalentes a caixa e as contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia somente realiza operações em instituições de primeira linha, cuja classificação seja de baixo risco de crédito atribuído por agências de rating de referência.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	64	344	217	511
Aplicações financeiras (Nota 4)	249.533	270.457	326.153	334.775
Fundos de investimentos (Nota 4)	8.878	6.793	8.878	6.793
	258.475	277.594	335.248	342.079

ii) Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa a estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

A Companhia possui perdas de crédito esperadas no montante de R\$ 25.530 (controladora) e R\$ 27.952 (consolidado) em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.602 e R\$ 4.775 em 31 de dezembro de 2023), representados em 9% do saldo de contas a receber em aberto, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 5)	255.402	275.302	278.844	307.955
Serviços a faturar (Nota 5)	9.721	27.988	19.004	37.053
	265.123	303.290	297.848	345.008

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora					Fluxo de caixa contratual
	Valor Contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores (Nota 11)	132.108	132.108	-	-	-	132.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.161.663	504.362	344.273	797.447	-	1.646.082
Passivo de Arrendamento (Nota 14)	32.568	7.181	7.143	17.897	20.696	52.917
Adiantamento de clientes (Nota 15)	186.097	13.059	13.059	39.177	120.802	186.097
Fornecedores partes relacionadas (Nota 22)	75.635	75.635	-	-	-	75.635
	1.588.071	732.345	364.475	854.521	141.498	2.092.839

Operação	Consolidado					Fluxo de caixa contratual
	Valor Contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores (Nota 11)	158.788	158.788	-	-	-	158.788
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.161.663	504.362	344.273	797.447	-	1.646.082
Passivo de Arrendamento (Nota 14)	172.320	40.697	40.646	92.951	118.523	292.817
Adiantamento de clientes (Nota 15)	438.954	32.326	32.326	96.979	277.323	438.954
	1.931.725	736.173	417.245	987.377	395.846	2.536.641

A Companhia possui caixa para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

c) Riscos de mercado

Risco de mercado está atrelado a possibilidade de ocorrências de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou taxas cambiais que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado e diminuam os fluxos de caixa da Companhia, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras ou investimentos. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. A exposição desse risco está demonstrada abaixo no item "f", análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros.

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos- -Continuação

d) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando a continuidade de seus negócios e o aumento do valor para os acionistas e investidores. As principais fontes de recursos têm sido a própria geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através da emissão de títulos (debêntures).

A Administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de endividamento (incluindo empréstimos e financiamentos, arrendamento e debêntures de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados às debêntures que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos covenants financeiros permitiriam que os credores requeressem imediatamente a liquidação das debêntures. Não houve violação dos covenants financeiros de quaisquer debêntures sujeitas a juros no exercício.

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

	Nota	2024	2023
Empréstimos e financiamentos e debêntures	12	1.161.663	1.202.712
Contratos de arrendamento	14	172.320	168.992
(-) Caixa e equivalente de caixa	4	(217)	(511)
(-) Aplicações financeiras	4	(335.031)	(341.568)
Endividamento líquido consolidado		998.735	1.029.625
EBTIDA		513.180	569.000
Índice de alavancagem financeira consolidado		1,95	1,81

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

e) Análises dos instrumentos financeiros

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas pelo valor contábil esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As operações com variações cambiais são contratadas pontualmente, a curto prazo de liquidação, e com valores pouco representativos nos fluxos de caixa da Companhia.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Controladora					
Instrumentos financeiros por classe					
Categoria	Valor contábil		Valor justo		
	2024	2024	2023	2023	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custos Amortizado	64	64	344	344
Aplicações financeiras (Nota 4)	Valor justo por meio de resultado	249.533	249.533	270.457	270.457
Fundos de investimentos (Nota 4)	Valor justo por meio de resultado	8.878	8.878	6.793	6.793
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Custos Amortizado	265.123	265.123	303.290	303.290
Partes relacionadas (Nota 22)	Custos Amortizado	808	808	12.212	12.212
Outros ativos	Custos Amortizado	14.597	14.597	21.405	21.405
Total		539.003	539.003	614.501	614.501
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 11)	Custos Amortizado	132.108	132.108	143.496	143.496
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custos Amortizado	1.161.663	1.172.489	1.202.637	1.256.438
Passivo de Arrendamento (Nota 14)	Custos Amortizado	32.568	32.568	42.029	42.029
Dividendos, Adiantamento e Outras contas a pagar	Custos Amortizado	186.263	186.263	167.475	167.475
Partes relacionadas (Nota 22)	Custos Amortizado	75.635	75.635	65.896	65.896
Total		1.588.237	1.599.063	1.621.533	1.675.334

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

e) Análises dos instrumentos financeiros--Continuação

		Consolidado			
		Instrumentos financeiros por classe			
Categoria		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		2024	2024	2023	2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Custos Amortizado	217	217	511	511
Aplicações financeiras (Nota 4)	Valor justo por meio de resultado	326.153	326.153	334.775	334.775
Fundos de investimentos (Nota 4)	Valor justo por meio de resultado	8.878	8.878	6.793	6.793
Contas a receber de clientes (Nota 5)	Custos Amortizado	297.848	297.848	345.008	345.008
Outros ativos	Custos Amortizado	15.180	15.180	22.601	22.601
Total		648.276	648.276	709.688	709.688
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 11)	Custos Amortizado	158.788	158.788	159.354	159.354
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custos Amortizado	1.161.663	1.172.489	1.202.712	1.256.513
Passivo de Arrendamento (Nota 14)	Custos Amortizado	172.320	172.320	168.992	168.992
Dividendos, Adiantamento e Outras contas a pagar	Custos Amortizado	439.120	439.120	437.929	437.929
Total		1.931.891	1.942.717	1.968.987	2.022.788

f) Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras e as debêntures que foram classificadas no Nível 2.

g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia possui aplicações financeiras e instrumentos de dívida expostos à variação do CDI. A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras:

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Controladora		
			2024 Valor contábil	Cenário provável CDI 15%	Cenário adverso CDI 12%
Ativos	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	12,15%			
Aplicações financeiras (Nota 4)			249.533	7.112	(374)
			249.533	7.112	(374)
Passivos	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	12,15%			
Debêntures - CDI (Nota 12)			(1.161.663)	(33.107)	1.742
			(1.161.663)	(33.107)	1.742
Ativo/(Passivo) líquido exposto			(912.130)	(938.125)	(910.762)
Efeito líquido da variação das taxas de juros				(25.995)	1.368

Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Consolidado		
			2024 Valor contábil	Cenário provável CDI 15%	Cenário adverso CDI 12%
Ativos	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	12,15%			
Aplicações financeiras (Nota 4)			326.153	9.295	(489)
			326.153	9.295	(489)
Passivos	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	12,15%			
Debêntures - CDI (Nota 12)			(1.161.663)	(33.107)	1.742
			(1.161.663)	(33.107)	1.742
Ativo/(Passivo) líquido exposto			(835.510)	(859.322)	(834.257)
Efeito líquido da variação das taxas de juros				(23.812)	1.253

24. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros era de R\$11.067.376 (R\$11.767.475 em 2023) substancialmente para danos morais, corporais e materiais de terceiros, responsabilidade civil, danos materiais aos bens de imobilizado, compreensivo empresarial e riscos operacionais.

A Companhia contratou fiança bancária e/ou seguro-fiança para o cumprimento de cláusulas específicas em contratos de prestação de serviços de clientes e contratos de aluguel em 2024 no montante R\$59.172 (R\$61.112 em 2023) e processos judiciais e administrativos R\$286.563 (R\$266.443 em 2023), substancialmente esse montante na TecBan é R\$44.208 (R\$43.387 em 2023) e em processos judiciais e administrativos no montante de R\$275.868 (R\$264.193 em 2023).

O escopo de trabalho de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

25. Plano de benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Companhia oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) assistência médica; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) vale refeição; (e) vale alimentação; (f) previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria na modalidade de contribuição definida; (g) participação nos lucros; (h) outros benefícios. As despesas com benefícios no exercício findo em 2024 totalizaram R\$101.343 na TecBan e R\$292.392 no Consolidado (R\$119.632 na TecBan e R\$284.489 no Consolidado no exercício findo em 2023).

Todos estes benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Patricio Santelices	Sylvia Piacentini	Maria Rocha
Diretor Geral	Executiva de Controladoria CRC-1SP247771/O-6	Gerente Contábil CRC-1SP284003/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Tecnologia Bancária S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tecnologia Bancária S.A. Companhia, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tecnologia Bancária S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja a Nota 3.k e 16.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem valores de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 50.163 relativo a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, considerados recuperáveis na medida em que a Companhia considera que será provável a geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>A geração de lucros tributáveis futuros envolvem premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, tais como receitas, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras e informações de projeções macroeconômicas, tais como crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, entre outros, as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às premissas significativas, utilizadas na determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, base para a avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que se alteradas podem impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse tema como um assunto significativo para nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">— Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros, tais como projeção de custos e receitas, comparando-as com dados históricos e comparação das premissas macroeconômicas com dados de mercado;— Comparação das projeções de lucro tributável preparadas pela Administração com os resultados efetivos auferidos pela Companhia, contemplando tanto o período atual, quanto retrospectivos, de maneira a avaliar a assertividade da Administração em relação às previsões de seus resultados tributáveis;— Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos de acordo com as normas aplicáveis. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos adequado a avaliação de recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

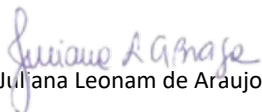
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga

Contadora CRC 1SP-251062/O-5